

TRADUÇÃO MERA CRÔNICA E HISTÓRIA APROPRIADA*

ARTHUR DANTO**

TRADUÇÃO DE LUÍS R. A. COSTA***

Uma definição, com frequência encontrada em sofisticados escritos sobre história, é a distinção entre história e crônica, ou, como são frequentemente qualificadas, *mera crônica* ou história *apropriada* [*history proper*]. Presumivelmente a distinção é empregada para classificar dois modos bem diferentes nos quais os historiadores, cujo trabalho é descobrir o que aconteceu no passado histórico, podem relatar a terceiros o que descobriram. O primeiro modo supõe que (no espírito daqueles que usam tal distinção) a abordagem da crônica seja suficiente para apresentar, em alguma narrativa ordenada, o que de fato aconteceu; por outro lado, para a abordagem histórica “apropriada”, tal comunicação é acessória em relação ao fim de atribuir algum sentido ou significado, ou encontrar alguma mensagem, ou dar alguma explicação dos fatos verdadeiramente relatados. Tal é, mais precisamente, a maneira pela qual um autor recente, Walsh, escolheu para enquadrar a distinção: presumivelmente duas alternativas estão disponíveis para os historiadores:

A primeira é que o historiador limite-se (ou deveria limitar-se) a uma

exata descrição do que aconteceu, construindo o que pode ser chamado de narrativa simples de eventos passados. A outra é que ele vá além de tal narrativa simples e tenha como objetivo não meramente dizer o que aconteceu, mas também (em algum sentido) explicar. No segundo caso, o tipo de narrativa elaborada pode ser descrito como “significativa”, em vez de “simples”.¹

Estamos preocupados, neste trabalho, em explorar algumas vias paralelas a esta distinção. Pois parece haver mais do que uma questão de abordagens alternativas, indiferentemente disponíveis para a prática dos historiadores.

Mas, por enquanto, assumimos que se trata meramente de uma questão acadêmica sobre como narrar os eventos passados. Partindo deste ponto de vista, é genuína a distinção entre “simples” e “significativo” como modos de abordagem histórica? Uma crônica, além de tudo, tem de ser mais do que escritos indiscriminados sobre afirmações verdadeiras a respeito de acontecimentos. Uma sequência indiscriminada de tais afirmações poderia vir assim:

(S) “César era careca” e “Houve uma praga em 1348” e “Rembrandt foi o pintor de ‘A Ronda Noturna’” e “O Czar foi assassinado em Ecatemburgo em 16 de julho” e ... e

1 WALSH, William. *Introduction to Philosophy of History*. London: Hutchinson 's University Library, 1951, p. 31.

* Originalmente publicado como “Mere chronicle and History Proper”. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 50, No. 6 (Mar. 12, 1953), pp. 173-182. Tradução autorizada pelo *Journal of Philosophy*, Columbia University, em dezembro de 2013.

** Arthur Danto (1924-2013), filósofo e um dos mais importantes críticos de arte americanos. Professor emérito do Departamento de Filosofia da Columbia University.

*** Luís R. A. Costa é mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC-UFF). E-mail: costa.luisr@gmail.com.

assim por diante.

Mas essa sequência corretamente ordenada de afirmações verdadeiras não será uma crônica se, por “crônica”, entendemos um modo válido pelo qual algum historiador expõe a narrativa de suas descobertas. Por outro lado, história apropriada (ou “história significativa”) tem de ser algo menos do que uma assim chamada filosofia da história. Uma filosofia da história, no sentido ordinário, procura tornar a totalidade dos acontecimentos históricos sistematicamente inteligíveis. Por exemplo, Hegel interpreta fases da história como manifestação da progressiva realização da Ideia de Liberdade, dialeticamente reveladas nos atos dos homens, avançando de uma fase na qual *alguém* é livre, passando por uma fase em que *alguns, mas não todos*, são livres, até a fase em que *todos* são livres. Esta é certamente uma apresentação do passado histórico que vai muito além da narrativa factual; com efeito, ela põe um significado sobre os acontecimentos históricos, e (em alguns sentidos) também oferece uma explicação desses acontecimentos. Mas devemos insistir que isto não pode ser um exemplo de escrita histórica “significativa” se a entendemos como um modo pelo qual os historiadores escrevem sobre o passado histórico. E, se entendermos assim, então a expressão “história significativa” não pode ser equivalente à expressão “filosofia da história”. Embora historiadores possam, por vezes, entrar em tais especulações, elas são facilmente distinguíveis da escrita de narrativas próprias sobre o passado. Então, a história “simples” deve ser algo mais do que uma série de afirmações como (S), e a história “significativa” deve ser algo menos do que uma filosofia da história.

Walsh, em suas discussões, procura estabelecer a distinção em dois caminhos bem distintos. Uma das linhas de argumento que usa sugere que a distinção envolve dois diferentes *modos* de saber: a história “simples” é comparável ao “simples sentido

de percepção” e a história “significativa” é comparável à ciência.² A outra forma pela qual Walsh propõe estabelecer a distinção é uma analogia de dois diferentes *estados* de conhecimento: o estado de nosso conhecimento sobre a pintura grega, por exemplo, nos permite apenas escrever uma história “simples” sobre ela, enquanto o estado de nosso conhecimento sobre os acontecimentos políticos do século XIX nos permite escrever sobre eles uma história “significativa”.³

Suponhamos que as bases da distinção sejam dois diferentes estados de conhecimento: não só podemos fazer menos afirmações sobre a pintura grega antiga do que sobre a história política do século XIX, mas a diferença entre os conhecimentos que temos sobre tais conjuntos de dados é “tão profunda que quase poderia ser dito que pertençam a gêneros diferentes”.⁴ Pois,

A narrativa que podemos construir sobre a história política do século XIX é ao mesmo tempo completa e coerente: os seus eventos podem ser apresentados de tal maneira que seu desenvolvimento pareça ser ordenado e inteligível... Mas uma história da pintura grega, ou o que se passa por tal história, é um pobre caso de comparação, consistindo de nomes e datas aproximadas de algumas poucas celebridades com os títulos de seus trabalhos como foram registrados por autores antigos... realmente uma crônica insatisfatória, um mero esqueleto de uma história.⁵

Não há nada na asserção acima que sancione a afirmação de que o estado de nosso conhecimento sobre a pintura grega pertença a um gênero diferente de nosso conhecimento sobre a história política do século XIX – e, de qualquer maneira, ela não

2 Ibid., p. 32.

3 Ibid., p. 33. Walsh deve esses exemplos a Croce.

4 Ibid.

5 Ibid.

explica a distinção. Além disso, sabemos muito sobre a pintura grega antiga.⁶ Existem pelo menos dois exemplos de pintura grega figurativa, juntamente com numerosos exemplos de pintura decorativa, assim como cópias de obras perdidas. Podemos facilmente reconstruir a paleta, os tipos de pigmentos, os suportes utilizados.⁷ Podemos inferir o assunto-matéria a partir de fontes literárias e descrições, e expressões idiomáticas de vasos-pinturas que existem em profusão. Tais informações coletadas foram testadas em técnicas confiáveis; e classificamos, coletamos e autenticamos os fatos da pintura grega da mesma forma como fazemos em relação aos acontecimentos políticos do século XIX. A única diferença é que temos menos fatos no primeiro caso; entretanto, mais ou menos fatos não elevam nosso conhecimento sobre este último em direção a um diferente ou mais “significativo” gênero, e a estrutura de descrição seria a mesma em ambos. A diferença é de grau. Caso contrário, nós poderíamos afirmar (por exemplo) que a história das pinturas de Bronzino é mais “significativa” do que a história das pinturas de Cimabue, simplesmente porque esta é menos preservada do que aquela, ou porque temos menos Cimabues do que Bronzinos. Mas pode haver mais do que uma simples questão de plenitude ou escassez de material aqui:

Há também o fato de, por estarmos mais perto do século XIX, nós poderemos entrar nos pensamentos e sentimentos da época, e assim usar nossa testemunho de uma forma muito mais efetiva.⁸

Aduzindo esse argumento, Walsh, aproveita-se de um dispositivo metodológico originado com Vico e antecipado (de diferentes

maneiras) por Croce e Collingwood. Vico percebeu que, em algum sentido, é possível saber o que os homens fizeram no passado, uma vez que *saber* e *fazer* são a mesma coisa (*verum est factum*) e podemos saber o que outros fizeram se pudermos fazer nós mesmos a mesma coisa. Assim, Vico diz:

Na noite de escuridão envolvendo a mais remota antiguidade... ali brilha a eterna e infalível luz de uma verdade inquestionável: a de que este mundo da sociedade civil tem certamente sido feito pelos homens, e que seu princípio pode e deve ser, portanto, encontrado nas modificações de nosso próprio espírito humano.⁹

Se, então, conheço as modificações de meu espírito, e se assumo que todos os demais funcionam em geral nas mesmas linhas, posso conhecer sobre outros espíritos, ainda que estes pertençam a atores há muito tempo mortos. O que isto tem a ver com a distinção em questão? Claramente, não tem nada a ver com ela. O simples fato de que o século XIX está mais perto para nós no tempo não quer dizer que somos mais capazes para nos projetar no espírito de quem nele viveu do que no daqueles de pessoas que viveram no século IV a.C.; como uma questão de fato, o dispositivo de Vico destina-se a nos permitir conhecer sobre a mais remota antiguidade. É muito mais fácil para um advogado de hoje entender os pensamentos e os sentimentos de um advogado vivendo dois mil anos atrás em Roma do que é para ele conhecer os pensamentos e sentimentos da jovem mãe que mora em sua rua. Um artista de hoje poderia mais facilmente conhecer os pensamentos de um pintor de afrescos no século IV em Atenas do que os pensamentos e sentimentos de Metternich ou Alexander III ou de um homem de negócios vitoriano. Mesmo se aceitássemos a noção de

6 SWINDLER, Mary Hamilton. *Ancient Painting*. New Haven: Yale University Press, 1929.

7 Esculturas gregas eram pintadas, e os exemplos existentes têm restos de pigmentos passíveis de análise.

8 WALSH, op. cit., p. 33.

9 VICO, Giambattista. *The New Science*. Translated by Fishel and Bergen. Cornell University Press, 1949, p. 331.

identidade projetada de Vico, ainda teríamos de dizer que é talvez a similaridade de atuação, não a proximidade no tempo (ou mesmo no espaço), o que facilita o que conhecimento do passado. Assim, nem na base da quantidade de informações, nem na proximidade no tempo, há suporte para a distinção entre história “simples” e “significativa”, se a pintura grega é um caso para aquela e a política novecentista um caso para esta.

Mas se rejeitamos a sugestão dos “estados de conhecimento”, há ainda uma sugestão de *modos* de saber: conhecimento histórico “simples” é como “simples sentido de percepção” e conhecimento histórico “significativo” é como ciência. O simples sentido de percepção deve ser distinguido da simples sensação. A simples sensação, permitam-nos dizer, é o registro, sobre alguns receptores dispostos, de algum estímulo – não é preciso haver qualquer cognição envolvida. Simples percepção é simples sensação de algo além, ou seja, um reconhecimento do conteúdo da sensação: eu posso perceber uma sensação. Assim, no exemplo clássico, tenho uma percepção do vermelho quando há uma sensação de vermelho e quando o reconheço como tal (sinalizando com a expressão “Aqui-agora-vermelho!”). Mas o reconhecimento envolve discriminação e seleção: para reconhecer uma sensação de vermelho, preciso estar apto a localizar o vermelho em algum espectro de cores, das quais apenas uma seleta gama é verdadeiramente descritível como vermelho – preciso conhecer o não-vermelho a fim de reconhecer o vermelho-tal-como, e por isso trago para sensação um conhecimento *a priori* e uma estrutura conceitual de tipos. Avançando para sensações mais ambiciosas, se tiver uma sensação da forma de um cão, posso somente reconhecê-lo como tal se já tiver noções gerais do que seja um cão e reconhecer a sensação como um exemplo disso. Não fosse capaz, assim, de classificar

e certificar minhas sensações ao trazê-las ao suporte de uma matriz de generalidades previamente colhidas, e de reconhecer exemplos, meu aparelho sensorial seria indistinguível, funcionalmente, de uma chapa fotográfica ou de uma fita de gravação.

Talvez a compilação de um catálogo de pinturas é um exemplo do tipo de empreendimento histórico que Walsh tem rotulado como “simples” (no sentido de ser análogo ao sentido-percepção). Suponha que listemos as pinturas de Vermeer:

(S¹) “Menina na Janela” e “Vista de Delft” e “Cristo em Emaús” e “Retrato do Artista” e ... e assim por diante.

Temos uma sensação da forma da “Vista de Delft” e – em razão do conhecimento *a priori* dos cânones da pintura holandesa setecentista, das peculiaridades estilísticas de Vermeer, da atribuição de *experts*, dos testes químicos, da textura da tela, das análises de raio-X – nós assinalamos a sensação ao afirmar “A Vermeer, portanto, pertence o catálogo”. E repetimos o processo com o resto das pinturas. Mas descobrimos que “Cristo em Emaús”, em razão de testes e testemunhos, não é de nenhum modo um Vermeer, mas obra de um falsificador competente, Hans van Meegeren. A sensação da forma de “Cristo em Emaús”, então, é reconhecida como um não-Vermeer e assinalamos o fato ao afirmar “Não é a Vermeer, portanto, que pertence o catálogo”. Compilar tal catálogo, portanto, requer mais do que simplesmente passar por uma galeria e permitir-se o registro de sensações das formas de Vermeer. O processo requer reconhecimento, testes, e a ação de trazer para sustentar, em relação a cada dado de uma inteira base de informação apurada, princípios metodológicos e generalidades confiáveis. E o procedimento é, em princípio, o mesmo se ampliarmos o nosso foco e considerarmos nações, ou épocas, ou rumos, ou civilizações, em vez de telas. Determinar os fatos não é o único modo

de escrever história, para ser distinto de narração (como outro caminho); mas é um passo necessário, que cada historiador deve dar, com o fim de escrever história. Não se trata de uma alternativa à narração, mas um procedimento sem o qual a narração seria empiricamente carente de sentido ou totalmente fictícia. Nenhum historiador simplesmente recita fatos isolados (como, por exemplo, em (S)): todo historiador tem algum esquema prévio de organização ao qual os fatos que a ele dizem respeito tornam-se franqueados. Portanto, é difícil ver o que o historiador “significativo” faz de diferente disto. Se, como Walsh sugere, tal historiador procura

por certos conceitos ou ideias dominantes pelos quais os fatos são iluminados... e então mostra como os fatos detalhados tornam-se inteligíveis sob a luz daqueles conceitos e ideias...¹⁰

então ele não está fazendo nada de radicalmente diferente do historiador simples que certifica os Vermeers. E se o historiador “significativo” é aquele que traça “... o funcionamento de leis gerais (seja da sociologia, da psicologia, etc.)”¹¹, podemos assinalar que o historiador que cataloga os Vermeers usa também leis gerais. Logo, esta não pode ser meramente uma questão de alguma diferença de capacidade técnica, ou da habilidade de usar as generalidades de outras disciplinas.

Talvez, então, haja uma diferença de programa. História “simples” tem como tarefa reportar “... na famosa frase de Ranke, ‘precisamente o que aconteceu’, e deixar por isso mesmo”.¹² Se, por outro lado, história “significativa” é para ser comparada à ciência (e de algum modo oposta à simples percepção), então “temos de concordar que o tipo de narrativa própria para o

historiador é uma narrativa ‘significativa’”.¹³ Agora, se a história *simples* meramente relata *precisamente o que aconteceu*, e se a história significativa é para ser distinta disso, ela tem de fazer algo *além* disso. O que pode ser este algo extra (e significativo)? Suponha-se que esboceamos algumas formas repletas de sentido nos quais poderíamos usar o termo “significativo”, no sentido de que algum conjunto de acontecimentos possa ser considerado significativo para algum estudante de história.

(a) Um conjunto de acontecimentos pode ser considerado significativo quando sugere ou suporta alguma ideia que o historiador possa usar para interpretar ou julgar outro conjunto de conjunto de acontecimentos, ou quando provoca algum sentimento no espírito do historiador. Assim, Gibbon, escrevendo sobre o excesso de tiranos de mentalidade oriental, é lembrado do (por contraste) comportamento iluminado dos monarcas de sua própria época. Ele pode sentimentalizar o Iluminismo ao enfatizar o excesso bizantino, fortalecendo assim a complacência de sua era. Tácito, escrevendo sobre a castidade dos alemães, pode passar ao julgamento da decadência moral de Roma. Um historiador americano poderia encontrar paradigmas nos *Captains of Industry* ou nos *Pilgrim Fathers*. Neste sentido de “significativo”, eventos passados fornecem munição para os próprios fins do historiador (ou para algum grupo a que pertença). Usar o passado de formais tais ou similares (pragmaticamente, no sentido antigo) é uma forma de pôr um significado sobre acontecimentos históricos, mas esse significado não é interpretativo em qualquer sentido científico. Dizer que os alemães bárbaros eram mais castos do que os romanos não explica o fato; meramente expressa uma posição.

(b) Um conjunto de eventos passados pode ser significante para algum historiador

¹⁰ WALSH, op. cit., p. 62.

¹¹ Ibid., pp. 149-150.

¹² Ibid., p. 32.

¹³ Ibid.

quando ele o interpreta como significado de algum princípio geral, quando expressa uma lei do comportamento humano. Eventos seriam significativos no mesmo sentido de que as placas fotográficas de 1919 significaram a validade de, ao menos, certas leis da Teoria Geral da Relatividade. De maneira similar, a Revolução Cromweliana poderia sugerir a algum historiador um padrão geral (ou lei) da revolução, ou alguma noção da “circulação de elites”, de Pareto. Ou a Revolução de 1848 na França poderia significar para Marx a validade de algum princípio universal de luta de classes, e atestar que certas “leis... tendências que trabalham com necessidade de ferro em direção a resultados inevitáveis.”¹⁴ E assim por diante. Neste sentido de “significado”, os eventos são compreendidos como exemplos cobertos por leis. Obviamente, é um tipo de explicação de eventos passados.

(c) Um evento ou um conjunto de eventos pode ser considerado significativo a algum historiador quanto ocorre de ter certas consequências que o historiador discerne. Assim, o significado das Guerras Persas poderia ser que, como consequência delas, a sociedade helênica teve a oportunidade de se desenvolver em linhas autônomas e consolidar sua realização cultural. O significado da Peste Negra poderia ser que, como consequência direta das altas taxas de mortalidade, desenvolveu-se um mercado de trabalho comercial, com aumento de salário, e isto tendeu a quebrar o sistema feudal de trabalho empenhado. Rastrear os laços de consequências de algum evento ou série de eventos é, em algum sentido, dar uma explicação. Poderíamos explicar o que uma ferramenta é ao mostrar o que uma ferramenta faz; e do mesmo modo poderíamos explicar o que uma batalha foi nos termos do que a batalha fez para o consequente arranjo das coisas.

(d) Um conjunto de eventos, X, pode ser considerado significativo quando há algum outro conjunto, Y, de tal modo que a presença, existência, natureza, ou possibilidade de Y possa ser inferida por X. Um historiador pode reconstruir um estado de espírito a partir de um diário, ou uma instituição a partir de um conjunto de documentos, uma cidade a partir de um mapa, mesmo que o escritor do diário esteja morto, a instituição, arruinada, e a cidade, coberta pela poeira e entulho do passar dos exércitos. Condições materiais, estados de conhecimento, complexos de causas, ideologias predominantes, e características intelectuais podem ser todos inferidos ou conhecidos pela presença de eventos testemunhais; e estes são variamente significativos quando aqueles podem ser conhecidos, ou inferidos, ou retrospectivamente previstos com base neles. Aqui, também, uma interpretação de eventos pode ser reivindicada: podemos explicar a relação do poeta com sua dama na Divina Comédia ao salientar alguma tradição erótica subjacente, decorrente da Providência e propagada no humanismo.

A lista acima de possíveis usos de “significativo” no contexto da análise histórica não é exaustiva, mas servirá aos nossos propósitos. (a) e (b) são casos em que o significativo está no espírito do historiador, e (c) e (d) são casos em que o significativo está presumivelmente nos próprios eventos, nos quais pode ser descoberto. Comentemos brevemente cada um, tendo em mente a distinção entre história “simples” e “significativa”.

(a) Que historiadores possam e usem o tipo (a) de interpretações sobre eventos passados, e possam procurar exemplos, paradigmas, e guias no passado, não pode ser negado. Um evento idêntico pode sugerir interpretações variadas para diferentes historiadores, dependendo de suas intenções persuasivas e normas tutelares. Mas, certamente, encontrar

14 MARX, Karl. “Author’s Preface.” In: *Capital*. Modern Library, 1936, p. 13.

um tipo (a) significativo em história (por exemplo, uma lição moralista) não é o tipo de significativo que Walsh tem em mente quando distingue história “simples” de “significativa”. O mesmo indivíduo pode ser um moralista e um historiador, mas a prerrogativa moralista não é uma função profissional própria da história. Assuma-se como um fato que Napoleão foi derrotado em Waterloo, e permita-se que os historiadores x, y e z concordem com a matéria de fato. Mas x considera-o significativo de alguma máxima moralista, como “o orgulho vem antes da queda”, ou “o destino persegue nossos dias”; Y entende que o fato significa o inevitável triunfo da Liberdade sobre a tirania; z encontra nele a garantia de que, se Napoleão falhou, então muito provavelmente algum conquistador futuro falhará também. x, y e z atuam como historiadores quando verificam a matéria de fato do evento; eles agem sentimentalmente quando atribuem ao fato os seus respectivos significados. Então, se usamos “significativo” no sentido de (a), não estamos apresentando uma alternativa legítima para relatar o que aconteceu. Estamos, ao contrário, sugerindo caminhos pelos quais historiadores podem arbitrariamente interpretar (em algum papel que não o de historiador) o significado particular de eventos.

(b’) Quando historiadores procuram empregar eventos históricos como sinais de leis gerais que se mantêm ao longo de largos intervalos de ações humanas, atuam como cientistas, mas não necessariamente como historiadores. Um cientista como Malthus poderia examinar certo número de acontecimentos para fundamentar uma hipótese concernente a uma proporção geral de aumento da população sobre a oferta de alimentos; mas ele não está interessado em descobrir especificamente o que aconteceu em momentos específicos no passado – está antes interessado em ancorar de fato certas generalizações que julgue verdadeiras de todos os exemplos

de população e oferta de alimentos. Mas o propósito histórico funciona na direção inversa: historiadores usam generalização, proposições universais, leis científicas com o fim de alcançar as peculiaridades de determinados eventos. Leis químicas fixam dados, leis psicológicas iluminam motivos; e o historiador está interessado no dado ou no motivo intrinsecamente, e na lei apenas instrumentalmente. Então se, por “significativo”, temos o uso de (b) em mente, não estamos apresentando um modo alternativo de escrever história. Estamos, sim, apresentando uma alternativa entre escrever história e praticar alguma outra disciplina não-histórica, que usa o específico para alcançar o geral, e não o contrário.

(c’) Um historiador poderia procurar explicar o significado de acontecimentos nos termos de suas consequências. Suponha que Tucídides seja um historiador “simples” que relata precisamente o que aconteceu, e que Grote seja um historiador “significativo” (no sentido de (c)) que rastreia algumas das consequências dos eventos reportados por Tucídides. Mas mesmo que esta fosse uma caracterização verdadeira (o que não é) desses dois historiadores, teríamos de insistir que ambos estão tentando descrever precisamente o que aconteceu - apenas o “que aconteceu” de cada um difere um pouco. Descrever a invasão ateniense da Sicília com precisão é não fazer nada formalmente diferente de descrever com precisão as consequências desta invasão - uma vez que as consequências são apenas algo mais que aconteceu. Descrever um conjunto de eventos e as consequências de um conjunto de eventos não é fazer duas coisas genericamente diferentes: é antes tomar um pedaço mais largo de “o que aconteceu” para descrever.

(d’) Suponha que usemos “significativo” no sentido de (d). Isto é, afirmamos que um evento (ou uma série de eventos) seja significativo quando somos capazes de inferir algum outro conjunto de eventos a

partir do qual o dado evento (ou série de eventos) é significativo. Possivelmente, por exemplo, podemos inferir um conjunto de eventos causais subjacentes, quando apenas os efeitos estão disponíveis para exame direto. Mas aqui, novamente, assumimos que, mesmo que possamos distinguir um evento (E) de algum outro evento (isto é, C), que causa E, então todo o complexo C (causa de) E é o que aconteceu, e a expressão “C (causa de) E” precisamente descreve o que aconteceu. Simplesmente descrever E ou simplesmente descrever C separados um do outro é dar verdadeira, mas parcial, conta do que aconteceu. E descrevê-los em suas conexões não é fazer nada diferente do que descrever, em foco mais amplo, precisamente o que aconteceu. Assim, de acordo com o uso de (d), a distinção é sem fundamento, dado que descrever eventos conectados causalmente é relatar precisamente o que aconteceu.

Admita-se que descrevamos com precisão algum conjunto de eventos quando afirmamos verdadeira cada declaração descritiva apropriada. “Cada verdadeira declaração descritiva apropriada” é o nome para um conjunto de proposições, cujas sentenças poderiam ser (entre outros) dos seguintes tipos: “X aconteceu”; “X foi causado, influenciado, determinado, ou afetado por Y”; “X teve consequências Z1 e Z2 e Z3...”; etc. Poderíamos também dizer que todas as verdadeiras declarações descritivas apropriadas devem ser afirmadas de algum modo comensuradas com a ordem de acontecimento. Neste sentido, em relação a dado evento, uma vez que asseguramos verdadeira cada declaração descritiva apropriada, nada há mais a dizer se formos historiadores. Assim, um historiador que deseja escrever uma história “significativa”, quando por significativo pretendemos ambos os sentidos (c) ou (d), nada fará genericamente diferente do que descrever precisamente o que aconteceu. Se, por outro lado, entendemos “significativo” no

sentido de (a) ou (b), então o historiador não estará, evidentemente, tentando descrever precisamente o que aconteceu. Tampouco estará atuando como um historiador. Declarações típicas de (a) ou (b) não pertencem à lista de verdadeira declaração descritiva apropriada.

Historiadores, com frequência, descrevem o passado com mais engenhosidade, imaginação ou profundidade do que alguns de seus colegas e podem, nessa medida, ser considerados mais “significativos”, no sentido de serem mais informativos ou estimulantes. Mas, ainda assim, sua direção comportamental e sua obrigação profissional foram admiravelmente dadas por Rank: eles fazem nada mais do que descrever os fatos do passado *wie es eigentlich gewesen ist!*¹⁵

15 N.T. *como na realidade foram.*